

# PROPOSTA DE REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ELIANE BRAGA DE OLIVEIRA; GEORGETE MEDLEG RODRIGUES; KÁTIA ISABELLI DE B. M. DE SOUZA; RENATO TARCISO DE SOUSA; ROSANE MONTIEL (Coord.)

Professores do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília

## Resumo:

Apresenta a proposta de reformulação do currículo do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. Essa proposta é fruto de reflexões e debates referentes à formação do arquivista, buscando, ainda, consonância com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases e nas novas diretrizes curriculares em fase de aprovação junto ao MEC. Durante sua elaboração, foram realizados encontros e reuniões com profissionais de arquivo atuantes no Distrito Federal, bem como com pesquisadores, professores universitários, alunos e egressos do Curso de Arquivologia. Nesses fóruns, procurou-se identificar os principais problemas e dificuldades presentes no exercício da profissão. O diálogo entre a realidade social e os saberes acumulados pela universidade constituiu-se em premissa fundamental que norteou a construção da presente proposta.

## 1. Introdução.

O presente documento pretende apresentar a proposta de reformulação curricular do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. Essa proposta resultou das discussões e das reflexões referentes à formação profissional dos arquivistas, das estruturas curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia e das perspectivas abertas com as novas diretrizes curriculares.

Essas discussões ocorreram em vários momentos. Primeiro, um conjunto de reuniões com profissionais que atuam no Distrito Federal, onde se procurou delimitar os principais problemas e dificuldades com os quais esses profissionais vêm se deparando. Num segundo momento, buscamos ampliar o espaço das discussões promovendo alguns encontros: o Fórum "Currículo de Arquivologia e as Diretrizes Curriculares da Lei de Diretrizes e Bases", em março de 1998; uma atividade de extensão "Arquivistas: formação e perspectivas" e um "Seminário Interno de Reformulação Curricular". Esses encontros contaram com a participação de profissionais de arquivo e de áreas afins que atuam no Distrito

Federal e no Entorno, professores universitários, pesquisadores, alunos e egressos do Curso de Arquivologia. Finalmente, houve uma última fase de sistematização das demandas e propostas que surgiram nos debates.

Nesse processo, a primeira fase permitiu a identificação do rol de questões que se constituem em prioridades para os sujeitos sociais envolvidos no mercado de trabalho, bem como as principais lacunas existentes nos cursos de graduação. A participação dos alunos oriundos do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília foi de fundamental importância para a compreensão das idiossincrasias existentes entre a formação universitária e a vivência profissional.

Essas questões forneceram os subsídios necessários para a reflexão sobre a natureza do conhecimento arquivístico em suas múltiplas dimensões. Assim, se, por um lado, ao propor soluções concretas para as diferentes demandas das organizações sociais, a Arquivística encontra as bases empíricas necessárias para constituir-se em um campo do conhecimento científico, por outro, tal construção somente poderá adquirir solidez se confrontada com categorias e teorias consolidadas. O diálogo entre a realidade social e os saberes acumulados pela universidade constituiu-se, portanto, em uma premissa fundamental que norteou a construção da presente reflexão.

## 2. Proposta político pedagógica.

A construção de uma proposta de reforma curricular envolve múltiplos aspectos, que vão das concepções e hipóteses pressupostas, ao processo de confecção e às escolhas dos conteúdos propriamente ditos. Neste texto, pretendemos apresentar os fundamentos e o percurso que alicerçam a constituição desta proposta.

Uma das premissas fundamentais que orientou o desenvolvimento da reforma curricular foi a convicção de que o processo de construção importava tanto quanto o produto, ou seja, o resultado manifesto na proposta curricular estaria diretamente vinculado às condições encontradas neste percurso. Assim, compreendemos que uma proposta curricular se constitui como parte de um processo histórico e social e como tal está sujeita às relações e correlações de poder de uma sociedade.

Nesse sentido, uma proposta curricular nunca é isenta, ao contrário, sempre é o produto de conceitos e concepções expressas pelos sujeitos sociais que protagonizam seu processo de construção. Ela supõe, portanto, compreensões do mundo, da ciência (visão epistemológica), da disciplina do conhecimento (visão ontológica), do papel e da inserção social da área (relação com a sociedade e com o mercado de trabalho). Dessa forma, quanto mais plural for sua construção, mais representativo será o currículo.

Partindo dessa premissa, o grupo de professores do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, responsável pela coordenação e condução do processo de reforma curricular, iniciou um amplo debate com a comunidade acadêmica e com a sociedade no intuito de tornar esse momento um espaço de reflexão coletiva e democrática, que resultasse num diálogo entre vários segmentos sociais. Foram organizados fóruns de discussão sobre temas diversos e encontros de trabalho contando com a participação de alunos, ex-alunos, profissionais que atuam na área tanto no setor público, quanto no setor privado, representantes de associações profissionais, dirigentes das instituições arquivísticas, pesquisadores e profissionais de áreas correlatas. Enfim, todos os interlocutores que pudessem contribuir para a elaboração de uma proposta curricular mais consistente e capaz de responder a diferentes demandas da sociedade.

O debate suscitado nesse percurso apontou a necessidade da formação de profissionais capazes de enfrentar situações distintas e que, ao mesmo tempo, assumam uma posição mais pró-ativa no sentido de propor soluções adequadas a diferentes realidades.

Nesse sentido, procuramos elaborar uma proposta curricular que busque formar profissionais criativos e críticos, habilitados a compreender e interpretar os documentos e as informações em sua multifacetariedade como produtos de relações sociais. E por permitir desvendar aspectos dessa mesma sociedade que a Arquivística, em última análise, se justifica como disciplina do conhecimento.

No caso específico do Distrito Federal, essa proposição significa a compreensão dos documentos e das informações como resultantes das relações existentes entre as esferas pública e privada, sobretudo no âmbito da gestão do Estado. Trata-se de entender a dinâmica do Estado, que passa por profundas e significativas transformações, ante as demandas e inter-relações com a sociedade civil. Nesse contexto, uma das questões que nos

parece fundamental consiste em interpretar quais os papéis das informações e dos documentos no Estado e repensar quais poderiam assumir, tanto para a melhoria na gestão das informações, quanto para a ampliação da transparência da administração pública e para a garantia de direitos sociais.

Essa posição se constitui em oposição àquela que vê nos arquivos o resultado simples de uma técnica, cuja prática só pode estar condicionada e aprisionada pelas lhamas do Estado. Assim, é necessário refletir sobre o papel político das inserções profissionais do arquivista. Esta proposta curricular é também a expressão dessas questões.

### 3. Fundamentos e conceitos da Arquivística.

"A Arquivística situa-se no cruzamento de novos contextos culturais, dos novos modos de gestão e das novas tecnologias. Ela está na confluência de várias disciplinas: informática, ciências da informação, história, lingüística, arqueologia, etnologia etc. Ao serviço de algumas delas, ela tem por obrigação servir-se das outras, a fim de assegurar sua evolução e seu desenvolvimento. Pela sua própria natureza, ela responde às necessidades dos organismos ou indivíduos que criam os documentos, mas é cada vez mais confrontada pela mundialização dos mercados e pela definição de novas fronteiras. A Arquivística tem, pois, como obrigação, encontrar soluções para esses novos problemas ao mesmo tempo em que aprofunda a sua identidade e mantém a sua coesão." (COUTURE E ROUSSEAU, 1999, p. 55)

Com essa afirmação os autores abrem a discussão acerca da natureza do conhecimento arquivístico. A partir dela é possível identificarmos algumas questões presentes nos debates contemporâneos sobre a Arquivística e que pretendemos abordar aqui: a Arquivística está inexoravelmente relacionada com as organizações sociais, em suas dimensões coletivas e individuais, produtoras de documentos no decurso natural de sua estruturação, onde são essenciais a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

Todo documento é sempre produto de relações sociais mediadas pelo Estado, por entidades da sociedade civil ou por indivíduos, e que se revestem, ao mesmo tempo em que revelam, uma temporalidade definida. Os arquivos, como conjuntos de documentos organicamente vinculados às entidades que os produziram, representam uma parcela significativa do patrimônio cultural de um país, uma cidade, uma

instituição, um indivíduo. Constituem-se, assim, em objetos da memória individual e coletiva e em uma importante referência para a pesquisa administrativa, histórica, antropológica, sociológica *etc.* (MONTIEL, 1996).

A compreensão do papel dos arquivos como uma representação das relações sociais e, portanto, do patrimônio cultural de uma sociedade, envolve inúmeras variáveis. Essas variáveis vão das reflexões sobre as técnicas e as práticas da Arquivística e sua historicidade à compreensão do papel do patrimônio em suas múltiplas significações e da memória como construção social. Todo esse debate envolve um aprofundamento teórico que foge aos limites deste documento. Pretende-se, no entanto, elucidar algumas questões que emergiram ao longo de sua elaboração e que, acreditamos, poderão contribuir para a discussão sobre o papel do arquivista como agente social da memória e sua formação profissional.

A Arquivística, enquanto técnica, ocupa-se dos arquivos tomados como conjuntos, como acumulações estruturadas de documentos gerados e recebidos por uma entidade no exercício das atividades que justificam a sua existência, tratando de organizá-los, preservá-los e torná-los disponíveis à consulta (Dictionary of Archival Terminology, 1984). Os arquivos nascem, espontaneamente, como sedimentação documental do desenvolvimento de uma atividade prática, administrativa, jurídica. Constituem-se, assim, conjuntos de documentos, unidos entre si, reciprocamente, por um vínculo original, necessário e determinado, pelo qual cada documento condiciona os demais e é pelos demais condicionado. Trata-se, portanto, da projeção, objetivada nos testemunhos escritos (e também nos audiovisuais, magnéticos e iconográficos), das funções exercidas na regulação da convivência humana (LODOLINI, 1983, p.2425).

O papel fundamental dos arquivistas consiste na garantia da integridade física e intelectual dos documentos. Na consecução de seus objetivos, os arquivistas se orientam por alguns princípios e técnicas específicas, sendo o princípio de respeito aos fundos o alicerce da prática arquivística. Enunciado pelo historiador francês Natali de Wailly, em 1841, o conceito de fundo de arquivo pressupõe que todo documento deve ser deixado, ou recolocado quando for o caso, no fundo arquivístico do qual provém e, neste, no seu lugar de origem (COUTURE E ROUSSEAU, 1982, P.1 35). O conceito de fundo de arquivo implica, portanto, na historicidade da instituição e/ou pessoa física ou jurídica geradora. Assim, considerando a unicidade

de cada instituição, documentos provenientes de instituições diferentes não devem ser misturados. O desrespeito à integridade do fundo pode resultar na perda do valor de testemunho dos documentos<sup>1</sup>, ou seja, na perda do contexto histórico que os conjuntos orgânicos de documentos evidenciam. O documento de arquivo possui, portanto, um duplo valor: o de testemunho de uma ação e o informacional. A compreensão das diferentes formas de organização social e sua materialização em produções documentais estruturadas e orgânicas constitui-se, portanto, em um problema que deve ser contemplado na formação profissional do arquivista.

Para a compreensão de seus objetos, a Arquivística deve se valer também de conceitos e categorias produzidas no âmbito de outras áreas do conhecimento. Assim, ela constitui-se em uma área multidisciplinar e interdisciplinar.

A interdisciplinaridade não é, pois, o fato de que elementos de uma disciplina sirvam como ciência auxiliar da outra (por exemplo, a Estatística à Sociologia), intercâmbio conceitual que é muito anterior à idéia de interdisciplinaridade. Tampouco a aproximação que se dá entre duas disciplinas muito próximas entre si, cujos limites formais não podem ser absolutos (ex: a físico-química). Trata-se, ao contrário, da inter-relação orgânica dos conceitos de diversas disciplinas até se construir uma espécie de nova unidade que subsume em um nível superior as categorias de cada uma das disciplinas particulares.

Trata-se da construção de um novo objeto teórico, ligado organicamente aos objetos das disciplinas componentes, às suas respectivas metodologias e conceitualizações. A interdisciplinaridade, enquanto fundação de um campo novo reunindo aspectos de disciplinas não ligadas previamente, mostra sua fecundidade e possibilidades, no sentido de abranger espaços que essas disciplinas individualmente não ocupam.

Dessa forma, Follari assinala duas características essenciais desta nova modalidade de abordagem científica: "(1) servem como abertura de novos campos científicos, como gênese da construção de novos objetos que cobraram logo sua autonomia, mesmo quando não deixem de

<sup>1</sup>Embora o conceito de fundo de arquivo seja atribuído por quase todos os estudiosos da teoria Arquivística a Natali de Wailly, ele surge anteriormente em algumas outras regiões e Estados. O arquivista italiano Elio Lodolini identifica os elementos que deram origem ao princípio já no século XIV Lodolini, Elio. *op cit.* Madrid, : ed La Muralha, 1993. Sobre o assunto ver mais especificamente o capítulo "La reconstitución del orden originário".

relacionar-se com as disciplinas de origem; (2) trata-se de interdisciplinaridade fundada epistemologicamente como exigência no plano do conhecimento e não como simples respostas a necessidades tecnológicas" (FOLLARI, 1993, p. 71).

A interdisciplinaridade não se constitui na única forma de relação entre campos do conhecimento. Outras possibilidades existem, como a multidisciplinaridade. Portanto, partimos da premissa de que as relações entre as ciências é um fato. Seria ilógico pretender que cada disciplina necessite, em absoluto, de relações com as demais, dado que tais relações são evidentes.

A compreensão do objeto teórico de uma disciplina por meio de um modelo explicativo constituído no campo de outra ciência, utilizando-a como meio e instrumento para seus próprios fins é possível. Entretanto, esse processo de apropriação de categorias de áreas do conhecimento distintas, não resulta na fundação de um novo objeto que retome organicamente os das disciplinas de origem. Essa inter-relação entre as ciências estabelece-se em outros parâmetros e pode ser denominado de multidisciplinaridade ou ciências auxiliares. As ciências auxiliares não se constituem em uma dinâmica que resulte na interdisciplinaridade, já que não se produz um novo campo do conhecimento.

A existência de limites, as fronteiras entre os campos de conhecimento de áreas não se constituem de *per se* em uma área interdisciplinar. Entretanto, para Follari, é de tais aproximações e indefinições dos limites científicos que surge uma possibilidade válida de inter-relacionar organicamente disciplinas entre si.

A discussão sobre a natureza do conhecimento interdisciplinar coloca algumas questões fundamentais acerca das possibilidades de desenvolvimento da Arquivística. Em primeiro lugar, a construção de inter-relação com áreas do conhecimento pressupõe a existência de pelo menos duas áreas do conhecimento consolidadas, ou seja, cujos conceitos, métodos, categorias, teorias, já tenham sido testados, verificados, criticados e reelaborados ao longo de uma tradição de pesquisa.

A formação profissional do arquivista deve oferecer possibilidades para o desenvolvimento da Arquivística como campo do conhecimento científico. Assim, devem ser contempladas áreas como teorias do conhecimento e metodologias de pesquisa.

### 3. Competências e habilidades desejadas.

As competências e as habilidades aqui apresentadas se constituem no resultado da formação de um núcleo comum, ou seja, aquelas

consideradas fundamentais. Não obstante julgarmos importante a criação de uma estrutura curricular que permita a formação de profissionais com diferentes perfis e vocações, há algumas que devem integrar as competências de todos os profissionais.

Assim, o profissional de arquivo deve ser capaz de: desenvolver pesquisas científicas, planejar e coordenar atividades relacionadas à produção, à gestão, à preservação e ao acesso às informações orgânicas; elaborar políticas públicas e privadas de arquivo; desenvolver e supervisionar a implantação de sistemas de arquivos; produzir conhecimento, planejar e propor alternativas adequadas à realidade na qual atua.

### 4. Perfil desejado do formando

A explosão da informação ocorrida em meados do século XX, e potencializada com o aparecimento e a banalização das novas tecnologias da informação a partir da década de 1960, e o amadurecimento e disseminação do conceito de cidadania construíram um novo cenário para o profissional dos arquivos.

A qualidade profissional do arquivista pode, segundo José Maria Jardim, ser mensurada pela capacidade desse profissional de transitar com desenvoltura pelas novas demandas sociais, organizacionais, culturais e científicas que emergem de um quadro histórico identificado como era da informação.

O perfil do profissional dos arquivos deve ser, então, construído a partir de um paradigma de trabalho pedagógico que tenha como tônica principal o desenvolvimento da capacidade de questionar, mudar, procurar, descobrir, inventar, modificar, melhorar, sentir, participar, arriscar e inovar. A formação profissional deve estar ligada aos seguintes aspectos: agir, pensar, refletir, inovar e, sobretudo, recriar. O sucesso desse processo está na possibilidade de articulação entre teoria e prática, conhecimento e realidade e ensino e pesquisa.

Portanto, o perfil desejado para este profissional deve levar em conta os desafios impostos por essa nova configuração da realidade, permitindo, assim, o acesso às informações que registram a trajetória da sociedade (sua formação e as relações sociais existentes em seu seio) e as que garantam os direitos e deveres dos cidadãos e dos Estados.

### 5. Conteúdos curriculares.

Os conteúdos curriculares foram pensados de forma a garantir que o curso de Arquivologia contemple, simultaneamente, um núcleo básico

de conhecimentos constituído pelas disciplinas obrigatórias, que consolide uma identidade comum, e uma flexibilidade na estruturação curricular que permita a formação diferenciada de cada aluno, de forma a atender às demandas sociais particulares e às suas vocações específicas.<sup>2</sup>

Assim, consideramos que os conteúdos que devem compor o núcleo básico do currículo de Arquivologia são:

### 5.1. Teorias e técnicas de tratamento arquivístico.

O profissional de arquivo deve conhecer em profundidade as teorias e conceitos que estruturam a Arquivística, sua evolução como uma área do conhecimento, bem como as técnicas que advêm das suas aplicações nas diferentes realidades.

### 5.2. A gestão dos Patrimônios Documentais e as memórias coletivas.

Os arquivos como acumulações estruturadas da produção documental de uma sociedade, ou seja, como produtos de relações sociais e históricas devem ser compreendidos como uma parcela do Patrimônio Cultural. Entretanto, tal constatação não adquiriu uma dimensão e uma repercussão significativa no campo da teoria, bem como da prática arquivística. Assim, as reflexões que tomam como objeto de estudo a questão dos arquivos na sua dimensão de produtos da memória individual e coletiva e representação do patrimônio cultural ainda são poucas e tímidas, ou seja, ainda não compõem o *background* cultural dos arquivistas, não estão incorporadas à sua formação, embora apareçam isoladamente em alguns discursos.

Essas reflexões, ainda que embrionárias, têm o mérito de situar a questão das memórias e dos patrimônios no campo da Arquivística e também de apontar para a necessidade de um aprofundamento dos estudos nesse sentido.

A compreensão dos arquivos como parcela dos patrimônios culturais de uma sociedade não diz respeito exclusivamente às práticas nos arquivos permanentes. Ao contrário, ela envolve a prática arquivística como um todo já que tarefas fundamentais que envolvem desde a produção até a seleção dos documentos são executadas nos arquivos correntes, sem contar os inúmeros problemas referentes à preservação dos documentos eletrônicos.

Assim, é necessário fornecer o instrumental teórico que permita ao aluno, futuro profissional,

compreender o teor e o significado de suas ações na construção do Patrimônio Cultural.

### 5.3. Teorias do conhecimento e métodos científicos.

A Arquivística, como uma área disciplinar demanda, para seu pleno desenvolvimento, uma noção ampla do processo de elaboração de teorias do conhecimento, bem como dos procedimentos de métodos científicos que instrumentalizem e subsidiem o profissional para a produção de conhecimento. A formação de uma comunidade científica que desenvolva procedimentos e práticas específicas de pesquisa é fundamental na construção de conceitos e categorias que respondam às demandas de uma realidade plural e descontínua.

A matéria-prima dos arquivistas é, sem dúvida, os documentos e as informações neles contidas. Uma de suas questões consiste nas técnicas de tratamento da imensa produção documental, de forma a preservar a sua integridade física e informacional e torná-la acessível à sociedade. Para tanto, a comunidade arquivística internacional tem trabalhado no sentido de criar um corpo de parâmetros comuns e aceitáveis para todos os países.

### 5.4. A produção e conservação dos documentos eletrônicos e os recursos tecnológicos como ferramentas para o tratamento arquivístico.

A banalização do uso das novas tecnologias da informação colocou à prova os programas de formação de arquivistas no Brasil e o próprio arcabouço teórico da Arquivística.

As novas tecnologias produzem, de forma imediata, dois efeitos na nossa disciplina. Primeiro, passamos a contar com ferramentas, que se utilizadas de forma racional e sem misticismo, podem produzir excelentes e rápidos instrumentos de acesso às informações arquivísticas, independentemente da idade documental. Todas as possibilidades não prescindem, no entanto, de um tratamento técnico-científico das informações arquivísticas. Nesse sentido, a formação do arquivista deve contemplar momentos onde ele possa estudar como se estrutura uma base de dados, quais são os equipamentos e softwares, suas potencialidades e limitações.

O segundo efeito da banalização das novas tecnologias na nossa disciplina, é o tratamento das informações produzidas ou resultantes dessas novas tecnologias. E, também, como garantir as características dos registros documentais apontadas por Luciana Duranti: a imparcialidade, a autenticidade, a naturalidade, o inter-relacionamento e a unicidade.

Tanto a utilização dos meios eletrônicos como ferramentas para o tratamento arquivístico, como a

<sup>2</sup> No caso particular da Universidade de Brasília, que atende às demandas das grandes instituições públicas, o profissional deveria ser habilitado para tratar a documentação de caráter público, sem contudo excluir de suas preocupações as informações acumuladas organicamente pelo setor privado.

questão da conservação física e de reconhecimento da autenticidade das informações registradas em suporte eletrônico são fundamentais na formação profissional do arquivista.

#### 5.5. A gestão do Estado e o acesso às informações arquivísticas.

Associar o tratamento que o Estado dá às informações por ele geradas com o acesso à informação, no Brasil, é um fato bastante recente. O acesso à informação está diretamente relacionado às práticas e políticas do Estado sobre o que é por ele produzido. Se o Estado não sabe o que produz, não acessa e nem dá acesso às informações.

Assim, é fundamental na formação profissional do arquivista que ele conheça: a trajetória histórica das instituições públicas no Brasil, para melhor contextualizar as circunstâncias da gênese documental, ou seja, a proveniência dos fundos; as políticas públicas para a proteção dos arquivos e a garantia do acesso, seja na esfera municipal, estadual ou federal; planejamento administrativo que o habilite a coordenar a implantação das atividades técnico-arquivísticas; conceitos de ética profissional que o capacite a lidar com a coisa pública, tanto na condição de agente público, como na de prestador de serviços e, por fim, estruturas jurídicas e legais que envolvam o tratamento dos arquivos e as informações neles contidas.

#### 5.6. Conhecimentos Instrumentais.

O profissional de arquivos deve possuir conhecimento de, ao menos, uma língua estrangeira, bem como é necessário que saiba desenvolver uma autonomia intelectual na produção de textos.

#### 6. Duração do curso.

A duração do curso deve ser de 2.400 horas de formação, sendo 1500 das horas para o núcleo básico de conhecimentos, 1.020 para as disciplinas optativas e módulos livres e 180 para estágios supervisionados.

#### 7. Estruturação modular do curso.

A nova Lei de Diretrizes e Bases abre possibilidades para a estruturação de cursos que comportem uma maior flexibilidade tanto no que diz respeito a uma diversificação nos níveis de titulação, que implicaria em formas de ingresso diferenciadas, quanto em uma formação profissional contemplando habilitações que atendam a vocações e demandas sociais distintas.

Para atender às diferentes possibilidades de atuação profissional, o curso de Arquivologia deverá dispor de um núcleo básico de conteúdos que possa atender aos diferentes perfis e um rol de disciplinas optativas e de módulos livres que desenvolvam os conteúdos relativos às exigências de cada habilitação.

Os perfis abrem a possibilidade de uma maior inter-relação com outras áreas do conhecimento propiciando ao aluno o desenvolvimento de suas vocações, bem como uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho.

É possível elencarmos algumas possibilidades de perfis que se originaram durante os debates promovidos pelo Curso de Arquivologia como demandas do mercado de trabalho:

##### 7.1. Administração de Instituições Arquivísticas e Tratamento de Acervos Permanentes.

Este perfil exigiria uma maior interface com a História, a Antropologia, a Paleografia, a Diplomática e a Administração.

##### 7.2. Gestão das Informações Arquivísticas.

Esta habilitação teria uma maior inter-relação com a Administração, o Direito, as demais Ciências da Informação, a Comunicação.

##### 7.3. Gestão dos Arquivos Eletrônicos.

Exigiria uma interação maior em Administração, Ciência da Computação e Direito.

##### 7.4. Sistemas de atendimento a usuários.

Permitiria uma maior interface com a Educação, a Comunicação, a Antropologia e as demais Ciências da Informação.

#### 8. Estágio e atividades complementares.

E consenso para a maioria dos autores que se dedicam à questão dos programas de formação de arquivistas, a importância da realização de estágios em situações reais ou simuladas. Jean-Yves Rousseau e Carol Couture entendem que o estágio no local de trabalho deve ser um componente de todo programa de formação. Para os autores canadenses, trata-se de um elemento essencial na formação, permitindo ao estudante confrontar a teoria e a prática profissional e preparar também sua integração à profissão.

As instituições implicadas na formação profissional, embora sejam duas realidades diferentes, devem estar atentas para o que ensinar, tanto no âmbito teórico quanto prático, à luz do

que a demanda lhes apresenta, o que requer um esforço no sentido de superar a fragmentação e a desarticulação que ocorrem entre elas, pressupondo conhecimento adequado e profundo da situação concreta desses elementos.

Dessa forma, o estágio prático é essencial à formação do profissional. Ele propicia ao aluno de arquivologia, uma reflexão sobre o agir profissional e uma visão crítica das relações existentes no mercado de trabalho. O exercício prático, entretanto, deve ser apoiado na supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

Acreditamos que o exercício prático não pode, entretanto, ser reduzido às atividades de estágio. A unidade entre a teoria e a prática deve perpassar todo o trabalho pedagógico: na sala de aula, nas visitas técnicas supervisionadas, nos estágios curriculares, nos laboratórios de ensino arquivístico, na participação do aluno em atividades de pesquisa, na preparação de monografias etc.

#### 9. Conexão com a avaliação institucional.

A avaliação dos cursos de Arquivologia poderá ser realizada em dois momentos:

##### 9.1. Desempenho dos cursos de graduação das IES.

Essa avaliação deve ocorrer periodicamente e verificar a adequação entre as propostas curriculares, a infra-estrutura disponível, a capacitação docente e a produção técnico-científica.

9.2. Exames de conclusão do curso para os alunos formados, que validaria os diplomas expedidos.

Proposta de Reforma Curricular para o Curso de Arquivologia da UnB - disciplinas obrigatórias

##### 1º período

Int. à Arquivologia e Ciência da Informação  
Conservação Preventiva de Documentos  
Introdução à Administração

##### 2º período

Gestão de Documentos  
História do Pensamento Arquivístico  
Organização e Sistemas  
Introdução à Microinformática

##### 3º período

Classificação em Arquivística  
Estágio Supervisionado 1

Métodos e Processos Administrativos

##### 4º período

Tecnologia da Informação Aplicada aos Arquivos  
Avaliação de Documentos de Arquivo  
Teorias da Comunicação

##### 5º período

Iniciação à Pesquisa Científica  
Governo e Administração no Brasil

##### 6º período

Diplomática e Tipologia Documental  
Arquivo Permanente  
Introdução ao Estudo da História

##### 7º período

Análise da Informação  
Descrição em Arquivística  
HSPB

##### 8º período

Políticas de Informação do Estado 1  
Estágio Supervisionado 2

##### 9º período

Políticas de Informação do Estado 2  
Gestão dos Patrimônios Documentais e de Instituições Arquivísticas

##### 10º período

Monografia em Arquivologia e Ciência da Informação

#### Referências bibliográficas:

1. CAROL e ROSSEAU, Jean Yves. Les archives au XXè siècle. Une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche. Montreal: Université de Montreal, 1982.
2. COUTURE, Carol e ROUSSEAU, Jean Yves. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
3. MONTIEL, Rosane. Arquivística um olhar sobre a memória. Cadernos de Pesquisa. N°4. DF: Arquivo Público do Distrito Federal, 1996.
4. Conselho Internacional de Arquivos - CIA. Dictionary of Archival Terminology, 1984.
5. LODOLINI, Elio. Archivistica. Principios y problemas. Madrid: La Muralla. 1993.